



## ***CARTA DE COMPROMISSOS DO 5º ENAFOR***

Com o tema “Educação popular é resistir, é transformar”, o 5º Encontro Nacional de Formação da Contag se consolida como um lugar de resistência e transformação. São mulheres, homens, jovens, negros (as), pessoas da terceira idade, pessoas idosas, sendo agricultores (as) familiares, camponeses (as), assalariados (as) rurais, assentados (as), acampados (as) indígenas, quilombolas, ribeirinhos (as), extrativistas, faxinalenses, geraizeiros, sertanejos (as), vazanteiros, quebradeiras de coco, catingueiros, criadores (as) em fundo de pasto e tantos outros trabalhadores e trabalhadoras rurais que povoam os mais diversos territórios rurais.

São filhos (as) herdeiros (as) da resistência, de séculos e séculos de luta contra o processo de expropriação da terra, de exploração dos recursos naturais, de espoliação e desterritorialização de suas identidades. São sujeitos políticos que resistem a todo processo de opressão ao mesmo tempo em que se constituem e se afirmam como sujeitos.

São pessoas que vieram de vários lugares do Brasil, de todos os cantos, e que tecem a formação em cada local: nas suas comunidades, nos seus municípios, nos seus estados; fazendo do ENAFOR uma experiência pulsante de unir pessoas as mais diversas, ganhando expressividade através de uma presença que transborda o vivido durante todo o processo de formação e evoca as dimensões coletivas dessa vivência, da utilização de diversas formas de linguagens, por meio das quais fazem a luta, se reinventam todos os dias, resistem e fazem a história, apontando novos rumos.

Uma luta que se torna ainda mais significativa se considerarmos que o 5º ENAFOR acontece em um contexto de retrocesso político resultado de um processo

que, através de uma articulação entre o grande capital, a mídia e o judiciário, destituiu, por via parlamentar, um governo democrático, golpeando a democracia brasileira conquistada com muito esforço após termos vivenciado a ditadura militar durante 21 anos.

A elite conservadora brasileira sempre relutou em incorporar os excluídos, a população trabalhadora na vida política do país e nas políticas públicas, de modo que a cada tentativa de consolidação do regime democrático no Brasil, diante da possibilidade do aumento da participação da classe trabalhadora nas decisões políticas, a classe dominante articula golpes. Trazemos essa marca na nossa formação social, que mais uma vez se expressa no cenário atual.

Diante dessa conjuntura, cabe aos movimentos sociais uma posição estratégica na reconstrução da democracia. Cabe-lhes, por um lado, resistir às iniciativas de um governo que se instaurou ferindo a soberania popular; e por outro, lutar contra o atual cenário, transformando-o no sentido de restaurar a democracia, resistir diante da perda de direitos e avançar em direção à ampliação das conquistas. Isso implica:

- 1) Na garantia da plenitude de direitos (humanos e sociais) dos povos do campo, da floresta e das águas, que promovam qualidade de vida e o fim da violência no campo; e o reconhecimento da sua diversidade social, étnica, cultural, religiosa, sexual e de gênero, como salvaguarda da pluralidade e da liberdade de suas posições de sujeitos;
- 2) Na realização de uma ampla reforma agrária, que garanta a esses sujeitos o acesso à terra e aos seus territórios, e também aos bens comuns, como a água, bem essencial à vida e direito universal;
- 3) Na defesa de uma produção de alimentos livre de agrotóxicos, baseada em modelos agroecológicos nos quais as práticas sociais, saberes (locais e acadêmicos), valores, cultura e formas de organização social e produtiva sejam levadas em consideração. Para tal é preciso assegurar políticas públicas de apoio ao crédito, à comercialização e à assistência técnica continuada e de qualidade.
- 4) Na criação das bases para que a sucessão rural se realize e a juventude do campo construa seus projetos de vida, sendo-lhe assegurada a qualidade de vida e a promoção da cidadania com a integração de políticas públicas.
- 5) Na garantia de uma educação do campo contextualizada com as demandas sociais e culturais dos povos do campo, fortalecendo a sua identidade de sujeitos a partir dos seus territórios e do seu vínculo com a terra, da sua cultura

e das suas práticas sociais, tornando-os sujeitos atuantes para a transformação da sociedade.

Isso significa trazer para o centro do debate a questão agrária, a desconcentração fundiária, a desterritorialização a que são submetidos os povos do campo, a necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de produção capitalista, que tudo transforma em mercadoria, assim como questões relacionadas à terra, ao trabalho, aos alimentos, à água, à vida e às condições dignas para o bem viver no campo.

O 5º ENAFOR se faz como esse espaço, um lugar construído num clima de trocas em que se cria uma relação de interação a partir do lúdico, dos abraços, do afeto, da graça, da leveza, das cores, dos sons, tornando o convívio humano descontraído e acolhedor; mas também um espaço de resistência ativa, coletiva e propositiva indispensável às estratégias de lutas tendo no horizonte a transformação.

Diante disso nos comprometemos com:

1. A condução de uma reflexão acerca da elaboração de uma pauta unificada entre todos os movimentos de esquerda, com vistas à construção de um projeto político em que o fortalecimento da agricultura familiar e a realização ampla e massiva da reforma agrária sejam elementos centrais e fundamentais estruturadores do projeto.
2. O aprofundamento e atualização do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) articulado a um projeto democrático e popular de sociedade, em torno do qual se unifique todos os movimentos de esquerda, reafirmando a identidade de projeto político transformador e de resistência.
3. Uma formação que atue para ampliar e fortalecer a aliança entre as organizações camponesas e a articulação em redes, avançando na relação campo-cidade, em defesa do projeto da classe trabalhadora.
4. Uma formação que reconheça que educação e política embora práticas distintas, são inseparáveis entre si, diferentemente do que apregoa o movimento Escola Sem Partido, o qual proclama a neutralidade da educação em relação à política, pois toda prática educativa contém, necessariamente, uma dimensão política.
5. A reafirmação da ENFOC como espaço estratégico para fortalecer e consolidar o projeto político transformador que valorize o ser em toda a sua diversidade social, cultural, étnico-racial, sexual e de gênero; e que fortaleça a nossa identidade de resistência e a cada um (a) de nós como sujeitos de direitos.

6. Uma formação que qualifique a atuação dos sujeitos do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) para a ocupação de cargos eletivos (executivo e legislativo), incorporando a discussão da política partidária.
7. A eleição de candidatos e candidatas orgânicos e comprometidos (as) com a luta de classes e que apoiem e defendam o PADRSS - projeto político do MSTTR.
8. A ampliação da compreensão do campo como lugar de expressão da vida e vivência dos princípios da agroecologia, através da articulação dos diferentes saberes, fazeres, sentimentos e crenças a favor da construção coletiva do conhecimento.
9. A permanente mobilização e atuação crítica e de luta frente ao modelo de desenvolvimento que privilegia o agronegócio exportador, excludente e degradante.
10. O incentivo à realização de feiras agroecológicas e da agricultura familiar como estratégia impulsionadora do desenvolvimento local e de promoção da qualidade de vida.
11. A promoção, produção e interação de diferentes formas de saberes que estabeleça o rompimento com o pensamento “colonial”, incentivando o questionamento e a reflexão de nossas próprias práticas em resposta às nossas necessidades sociais.
12. O estímulo ao diálogo e articulação com outros países latino-americanos para fortalecer um movimento de educação popular na América Latina que contribua para a transformação social.
13. O estímulo para que as populações do campo, da floresta e das águas possam ter acesso à vida acadêmica, valorizando-se o conhecimento específico produzido por esses segmentos e sua participação efetiva em diversos espaços de atuação e atividade.
14. A valorização, legitimação e reconhecimento dos saberes populares, construídos a partir das experiências, na perspectiva de retroalimentar a luta, assegurando sintonia entre base e direção.
15. A criação de espaços na Enfoc para promover e estreitar os diálogos com a academia, favorecendo a troca entre o saber popular e o saber acadêmico.

16. A ampliação e consolidação de parcerias locais, nacionais e internacionais visando o fortalecimento da formação no MSTTR, em especial, com universidades e comunidades acadêmicas.
17. Uma formação que garanta a presença da diversidade dos sujeitos nos mais diversos contextos, de modo a contribuir para o combate ao racismo, à discriminação e à desigualdade racial, étnica e de gênero.
18. A busca de maneiras de lidar com a diversidade nas suas diferentes formas (social, étnica, religiosa, cultural, sexual e gênero), ou seja, que as diferenças não sejam transformadas em desigualdades.
19. Uma educação autônoma, libertadora, contextualizada, classista, antirracista, não sexista e não LGBTfóbica, voltada para a democracia e a equidade de gênero, raça/etnia, sexualidade.
20. O fortalecimento da ação sindical através de uma formação política e ideológica, referenciada na educação popular, que incorpore desde as ações cotidianas até o enfrentamento dos grandes temas, tais como: a questão agrária, a concentração fundiária e o processo de mercadorização dos bens comuns; a desigualdade social e econômica; o esvaziamento das instituições e das ações de reforma agrária, dentre outros que possuem relação com a violência e a impunidade no campo.
21. A reafirmação da formação na ação visando dar organicidade à prática sindical e potencializar as lutas.
22. A articulação das práticas formativas com os demais espaços públicos e educativos em que se constroem a cidadania e a democracia.
23. Um fazer formativo que seja construído a partir das múltiplas linguagens, expressões artísticas, troca de saberes, vivências criativas como a feira de saberes e sabores e a feira de troca de sementes; e que estimule a criatividade nos processos de formação.
24. A realização de ações formativas direcionadas à base, que considere as especificidades dos sujeitos envolvidos na formação e acolha a sua diversidade; a mística, a religiosidade, as tradições culturais, a memória e as histórias de vida como parte dos processos formativos, fortalecendo a identidade dos sujeitos.
25. Uma formação para o exercício de relações democráticas, que fortaleça um sindicalismo militante, transparente e ético e para o combate ao aparelhamento, comodismo e distanciamento entre direções e base.

26. A consolidação da sustentabilidade político-financeira, com a gestão participativa e com o fortalecimento de entidades sindicais representativas e democráticas.
27. A continuidade e aprimoramento dos processos formativos que a ENFOC vem desenvolvendo; bem como, com a multiplicação dos processos formativos/criativos (GES, mutirões sindicais, cursos, etc.) visando o fortalecimento da organização na base do MSTTR.
28. A ampliação e fortalecimento dos Grupos de Estudos Sindicais (GES), acolhendo as demandas locais de formação e a constituição de GES específicos de mulheres, jovens, terceira idade, por segmento produtivo e/ou organizativo.
29. A reafirmação da importância do papel da Rede de Educadores e Educadoras Populares da ENFOC, fortalecendo-a para que se articule em todos os níveis e assim favoreça o enraizamento dos processos formativos de base.
30. A consolidação da sistematização enquanto prática pedagógica coletiva do conhecimento referenciada na educação popular e no fortalecimento da Rede de Educadores e Educadoras Populares.
31. O engajamento na luta contra a ameaça que vem sofrendo a educação do campo com o processo de extinção e fechamento das suas instituições escolares; e por políticas educacionais que privilegie a cultura, o cotidiano e os territórios rurais onde vivem os povos do campo.
32. Construção de uma estratégia de articulação e integração das ações de educação do campo com as ações do desenvolvimento rural sustentável e solidário, fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária.
33. A continuidade da luta pelo fortalecimento e ampliação da participação do MSTTR nos espaços de gestão e controle social das políticas públicas de educação do campo e de saúde, com atenção especial para os conselhos municipais, estaduais e nacional.
34. A continuidade da luta pelo fortalecimento e ampliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, bem como de todas as ações do Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO.
35. A promoção de uma maior integração entre a educação do campo e educação popular, garantido a sua discussão nas atividades formativas.
36. A continuidade da luta por uma saúde pública e de qualidade e em defesa do Sistema Único de Saúde – SUS, importante conquista da população brasileira.

37. A inserção nas atividades formativas do MSTTR da temática da saúde pública, com ênfase para a importância da atenção básica enquanto política de ações de prevenção da saúde.
38. O enfrentamento a toda forma de violência que as mulheres vivenciam em seu cotidiano, em suas casas, nas ruas, no movimento sindical, nos espaços de trabalho, entendendo que a violência sexista contra as mulheres é um dos pilares do patriarcado, uma das bases materiais sobre a qual as desigualdades entre homens e mulheres são produzidas e reproduzidas.
39. O combate a qualquer expressão de preconceito e intolerância, em especial, o machismo e todas as formas de assédio.
40. A continuidade e aprofundamento do debate sobre feminismo, patriarcado e as relações de gênero e geração e orientação sexual nos processos formativos do movimento sindical.
41. A continuidade e aprimoramento de processos específicos de formação para as mulheres no itinerário formativo da ENFOC, incluindo os GES de mulheres e os processos de construção da Marcha das Margaridas.
42. O incentivo e a ampliação dos processos formativos para as pessoas da Terceira Idade e Idosas contemplando suas temáticas específicas e reforçando o sentimento de pertencimento ao campo.
43. A ampliação da formação de jovens na base, sobre as políticas públicas, organização socioprodutiva, os direitos de cidadania, reforçando o sentimento de pertencimento ao campo e ao movimento sindical frente aos desafios da sucessão rural.
44. O incentivo ao processo formativo para a juventude, incluindo os GES e sua articulação com o Programa Jovem Saber; e os processos de construção do Festival da Juventude.
45. A democratização da comunicação como forma de combater o monopólio da grande mídia nacional, que influencia sobremaneira a sociedade e suas instituições.
46. A ampliação dos espaços de discussão sobre comunicação popular, inclusive com a realização de atividades específicas com comunicadores (as) populares no itinerário da Enfoc (nacional, regional e estaduais).
47. O fortalecimento da Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares para a dinamização da comunicação no MSTTR.